



Anais da Assembléia

N. 142

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10. DE DEZEMBRO DE 1985

ANO X.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 121.^a SESSÃO ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1985.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tércio Albuquerque e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Burrara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguo Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Senhor PAULO HAMENSTER, ocorrido em 05.12.85.

Outrossim, REQUER ainda, que dá decisão da Mesa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Denizart Pacheco de Carvalho, 126 - Vila Fanny.

Sala das Sessões, em 10/12/85.

(a) NESTOR BAPTISTA
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosa-mente, REQUER, a inserção em ata, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor IVO GABOARDI.

Outrossim, REQUER, que a decisão da Casa, dê-se ciência à digníssima família enlutada.

Sala das Sessões, em 10/12/85.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

No dia 05 de dezembro próximo passado, o PMDB perdeu um grande correligionário.

O Senhor IVO GABOARDI, de excelente relacionamento, tanto em Curitiba onde residia quanto em São José dos Pinhais onde era proprietário de uma panificadora, foi um soldado da primeira linha na sua participação partidária, na sua vida profissional e na sua vida familiar.

Homem simples, nunca deteve glórias em sua vida. Aparentemente espectador, seus companheiros sabem do importante papel que desempenhou nos bastidores da vida. Sempre teve sua amizade retribuída, mas nunca foi aplaudido de pé pela sua atuação, unicamente por falta de oportunidade.

Este voto de pesar, é o aplauso póstumo e a solidariedade àqueles que o reverenciavam mais que nós: a sua família.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente o subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento de Dona FRANCISCA DO NASCIMENTO CECCON, ocorrido no dia 08 p. passado na localidade de Limeirinha, no Município de Bocaiúva do Sul.

A extinta, com o seu passamento, abre uma grande lacuna no seio de seus familiares e entre os seus parentes e amigos, visto a grande estima que desfrutava entre aqueles que os cercavam.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada na pessoa de seu filho ANTONIO CECCON,, aos cuidados da 2.^a Secretaria da Casa.

Sala das Sessões, em 10/12/85.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário.

REQUER, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento de ACRISIO GUIMARÃES FILHO, ocorrido em Paranaguá, em data de 3 do corrente, onde foi sepultado.

Trata-se de pessoa pertencente a tradicional família parnanguara, descendentes que são do Visconde de Nacar, onde conseguiu conquistar o respeito e a admiração da comunidade.

Seu desaparecimento consternou a população da cidade, tendo deixado viúva dona Conceição Palhares Guimarães e filhos.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, residente à Rua dona Isabel, n. 143 - Ap. 104 na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 10/12/85.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em Campo Largo, do Sr. Pedro Vidal.

Tal passamento vem consternar a sociedade, face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Barão do Rio Branco n. 1795 Campo Largo.

Sala das Sessões, em 10/12/85.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em Campo Largo da Sra. Maria Luiza Vidal.

Tal passamento vem consternar a sociedade, face aos dotes morais da extinta.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Barão do Rio Branco, n. 1795, Campo Largo.

Sala das Sessões, em 10/12/85.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando que o

Curso de Técnico em Contabilidade, atualmente ministrado no Colégio Meneleu de Almeida Torres em Ponta Grossa, seja transferido para o prédio do Colégio Estadual Regente Feijó (Anexo), daquela mesma cidade.

Sala das Sessões, em 10/12/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando que o Curso de Técnico em Contabilidade, atualmente ministrado no Colégio Meneleu de Almeida Torres em Ponta Grossa, seja transferido para o Colégio Estadual Regente Feijó (Anexo), daquela mesma cidade.

Sala das Sessões, em 10/12/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O abaixo assinado, cuja cópia em anexo, esclarece os justos motivos pelos quais os alunos do Curso Técnico em Contabilidade reivindicam a mudança de local de suas aulas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Casa, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, apelando para que o mesmo, através do setor competente de sua Pasta, inicie com urgência o asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Nova Aurora a Formosa do Oeste, passando pela localidade de Bela Vista.

Sala das Sessões, em 10/12/85

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, apelando para que o mesmo, através do setor competente de sua Pasta, inicie o mais breve possível, o asfaltamento da estrada que liga Iguatú, Distrito de Corbélia, ao Município de Braga Ney.

Requer, ainda, para que, com a mesma urgência seja asfaltada a estrada que liga o Distrito de Iguatú à BR-369.

Sala das Sessões, em 10/12/85

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor GILBERTO GERALDO GARBI, Digníssimo Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto Telefônico no Distrito de Natingui, situado no Município de Ortigueira, com a transferência da sua aparelhagem de energia solar para o Distrito de Vista Alegre, no mesmo Município.

Sala das Sessões, em 10/12/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Vista Alegre, inegavelmente representa a conjugação de inúmeros fatores pelo processo desenvolvimentista do Município de Ortigueira, cuja maior sustentação sócio-econômico daquela localidade, a exemplo do município, se dá através das atividades agrícolas, de várias lojas comerciais, escolas, postos de saúde, igrejas, etc., ainda não possuindo o meio de comunicação premente, que é o telefone.

Desta forma, a solicitação de que seja transferida de Natingui, que hoje já conta com a rede de luz, a aparelhagem do sistema de telefone de energia solar, para o Distrito de Vista Alegre, torna-se justa e merecedora de atendimento.

O presente requerimento tem por finalidade básica, solicitar que essa Companhia, mediante estudos, avalie as possibilidades de se implantar tal sistema no Distrito de Vista Alegre, sem prejuízo da instalação de um Posto Telefônico em Natingui.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, reivindicando o asfaltamento da estrada que liga o Município de Nova Aurora aos Distritos de Pamitópolis e Jota Esse.

A finalidade do presente requerimento, é de amenizar o sofrimento dos moradores daquela região, principalmente os produtores agrícolas, pois, com a forte seca que assola nosso Estado, as estradas estão impraticáveis e a única solução viável para o problema, será o asfaltamento requerido.

Sala das Sessões, em 10/12/85.

(a) FUAD NACLI

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a pala-

vra à Sra. Deputada Amélia Kruschka, inscrita.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Hoje é o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Recebi uma triste notícia: na semana passada, na cidade de Paraná do Oeste, um lavrador, pai de cinco filhos menores, cometeu o suicídio depois de ver toda a sua lavoura - quarenta alqueires de terras plantadas com milho - completamente perdida, destruída pela estiagem que assola o nosso Estado, nos últimos meses.

Este agricultor, Senhores Deputados, com toda a certeza contribuiu ao longo de sua vida com o progresso e o crescimento do nosso Estado e do nosso País. Deve ter também contribuído, com toda a certeza, com os exorbitantes lucros das empresas estrangeiras e multinacionais que atuam no setor alimentício. Afinal, ele era mais um agricultor brasileiro, paranaense, cujo destino é produzir alimentos com a força de seus braços, com o trabalho de seus familiares. Familiares estes que agora se encontram desamparados, abandonados à própria sorte porque a nossa sociedade não foi capaz de responder com urgência aos graves problemas da estiagem.

A estiagem é hoje o maior problema que enfrentamos no Paraná. É o maior problema dos pequenos, médios e grandes produtores. É um problema que não pode ser reduzido às atuais condições climáticas desfavoráveis, mas que coloca em xeque toda uma estrutura social onde o homem precisa ser respeitado, não só enquanto força produtiva, mas como ser humano, com dignidade e direitos, deveres e reciprocidade.

Ao relatar este caso de Paraná do Oeste, eu me pergunto: quantos outros não ocorreram, ocorrem e podem ocorrer caso o Governo Federal não agilize as medidas paliativas amplamente divulgadas pela imprensa nacional. O Paraná, que sempre contribuiu com este País, não pode receber agora a ingratidão como recompensa pelo seu importante papel na agricultura nacional. O Paraná é o celeiro do Brasil. Um celeiro tradicionalmente farto e generoso... mas é um celeiro que agora precisa de cuidados especiais, precisa de compreensão e apoio neste momento de miséria e aflição que martiriza o nosso povo. Porque se este celeiro não receber o tratamento que merece, se o Brasil não nos estender as mãos neste momento, o Paraná e o Brasil enfrentarão, no próximo ano, uma das maiores crises sociais de sua história, causada pela fome, pela frustração das safras paranaenses.

Ao lado do pedido de socorro dos nossos agricultores, tenho em mãos um telex

do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, Senhor Dilmir Daleffe, onde ele faz o seguinte prognóstico: "O desemprego já se faz presente e acentua-se no dia a dia. Não há perspectivas de dias melhores e, temendo por uma catástrofe, inclusive saques, nos dirigimos a Vossa Excelência solicitando apoio nesta hora difícil".

As comemorações do Dia Internacional dos Direitos Humanos organizadas a nível mundial estão centralizadas na questão da corrida armamentista, na questão das ditaduras latino-americanas. Além dessas questões, queremos lembrar o problema da fome em nosso País, a absurda dívida externa, a falta de escolas, as péssimas condições de vida dos detentos, dos menores abandonados, dos marginalizados pela sociedade, etc. Entretanto, é profundamente emocionada que faço agora um apelo ao Senhor Presidente José Sarney, em nome dos agricultores paranaenses, em nome do nosso povo: "Agilize as medidas anunciadas de apoio aos agricultores do Paraná", para que acontecimentos como o de Paraná do Oeste não venham a enlutar ainda mais a família paranaense."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se para o Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Construir uma sociedade democraticamente sadia é uma aspiração que está ficando mais distante para o povo paranaense.

E isso está ocorrendo não pela falta de empenho e cooperação de alguns segmentos da classe política estadual, que continuam caminhando na direção do estabelecimento de novos padrões de comportamento político e social, lutando no sentido da eliminação de distinções que constituem obstáculos ao pluralismo participante. Pluralismo que poderá revelar-se eficaz na coordenação eficiente de um sistema que venha proporcionar meios melhores para discutir e analisar problemas, encontrando-lhes a solução.

O distanciamento no rumo desses objetivos deve-se, na realidade, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, ao procedimento do partido que, vitorioso nas urnas de 1982 - vitória, é bom lembrar, decorrente, da pregação insistente e aprofundada de que o pluralismo participante seria a outorga de clarividência política e responsabilidade social -, ao chegar ao

poder, tomou, exatamente, o rumo contrário a essa linha política, o partido da apelidada transparência política, está se transformando, hoje, por palavras e ações desenvolvidas pelos seus agentes, no Legislativo e no Executivo, num partido da obscuridade. E foi, por certo, nas trevas dessa obscuridade e do esquecimento que esses agentes partidários foram inspirar-se para renegar tudo aquilo que, sagrada e solenemente prometeram nos palanques eleitorais.

Entre as promessas e juras de ontem e a dura realidade de hoje, há uma enorme distância a separar o MDB e depois o PMDB, como sucedâneo do primeiro, dos ideais que motivaram o eleitorado do nosso Estado a preferir esse partido e levá-lo ao Palácio Iguazu. É tão grande essa distância que já se manifesta uma generalizada convicção de que está em franco desenvolvimento o processo de traição aos ideais de 82.

Na verdade, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, ao instalar-se no governo, o PMDB começou a despir-se da máscara que encobria os seus verdadeiros desígnios de um partido com muita identidade com o autoritarismo. No poder estão os agentes do PMDB mostrando toda a nudez dos sombrios propósitos que animaram para enganar o povo paranaense, a começar pelo Governador José Richa, que, agora, desce da autoridade do cargo que ocupa, para mostrar-se como repulsivo agente da subversão, ao pretender incendiar os campos do Paraná, ao dizer que ordenara a ocupação de terras "na marra". Não é esse José Richa que conheci. Incapaz para administrar, quer agora transformar-se num baderneiro. Sim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Governador baderneiro, pois que, ao invés de demonstrar equilíbrio e moderação para equacionamento da gravíssima questão que aflige os sem-terra, o que fez o Governador, mandou invadir terras. Cuidem-se os grandes latifundiários que são Secretários de Estado ou companheiros de partido do Governador, pois ele fugiu do império da lei e já se entregou à Guerrilha nos campos. Ao invés de mandar ocupar terras "na marra", provocando desordem administrativa e levando a inquietação ao meio rural paranaense e do país, ele deveria usar os meios legais de que dispõe para assentar e reassentar os sem terra. Deveria impulsionar órgãos como a Secretaria da Agricultura e ao Instituto de Terras para que trabalhem, saindo do marasmo em que estão megulhados, como de resto está mergulhada quase toda administração estadual.

Mas se a preocupação são os sem terras, vamos ver como estão muitos dos que tem terras, neste Governo administrado pelo PMDB, e, aqui inclui os Ministros res-

ponsáveis por essa área que foram impostos pelo PMDB, vamos ver o que o Governo está fazendo para garantir a permanência dos que estão na área rural e lutam para lá permanecermos, criarem seus filhos dentro de um padrão de dignidade e não aumentarem as favelas dos grandes centros.

Recebi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cópia de expediente encaminhado em 22 de novembro próximo passado por produtores e trabalhadores rurais de São João do Ivaí, ao Senhor Governador, do qual passo a ler alguns tópicos deste documento:

"Sr. Governador, em virtude das sucessivas adversidades climáticas ocorridas no Vale do Ivaí, e em particular, nos Municípios de São João do Ivaí e Lunardelle, geada ocorrida em 1984, que dizimou as lavouras de feijão. A seca de dezembro a janeiro de 1985, e com várias exposições, reivindicam que seja reconhecido pelo Governo do Estado, o estado de calamidade nos Municípios de Lunardelli e São João do Ivaí.

A suspensão das execuções por parte das instituições financeiras estatais e privadas, até que se encontre uma solução viável para o problema.

Uma vez suspensa as execuções, solicitamos que o mesmo tratamento dispensado aos Estados do Nordeste, por ocasião da seca, que assolou aquela região. Ou seja, no mínimo, prazo de três anos para pagamento das dívidas contraídas, a juros de 35% ao ano, isento da correção monetária".

Que a solicitação do item três se estenda aos diversos produtores que não conseguiram financiamento para aquisição de sementes, insumos, e para sua subsistência, o que estão cultivando suas lavouras às custas da fome de seus familiares. Solicitamos ao Governo Federal e Estadual, verbas para abertura de frente de trabalho em socorro aos trabalhadores rurais que se encontram desempregados, e a sua maioria passando privações de gêneros de primeira necessidade.

Nas suas conclusões, o não atendimento às reivindicações em epígrafe, poderá trazer sérias consequências sociais, tais como: repetições de suicídios: repetições de fugitivos, a destino ignorados; muitos no verdadeiro abandono aos seus familiares.

E aí, Sr. Presidente, os reclamos do povo daquela região do Vale do Ivaí, que pedem providências ao Governo. Se falamos em assentar aqueles que estão sem terra, porque não dar garantias àqueles que vivem na terra, e dar a sua permanência e a sua segurança.

Vejam bem, Srs. Deputados, o Governador quer invasão na terra, deveria se preocupar com os leilões de imóveis e evasão dos verdadeiros trabalhadores que es-

tão sendo enxovalhados de suas propriedades.

O que falta ao PMDB para resolver essa situação? O Governo é do PMDB. Os Ministros da área são do PMDB, por que não resolver? Não se iludam, o povo não será ludibriado por muito tempo.

O Governador que interceda junto ao Banco Central para determinar a suspensão das execuções, por parte das instituições financeiras, estaduais e privadas até que se encontre uma solução viável para o problema.

A invasão de terras ordenadas pelo Governador é apenas uma das novas faces do autoritarismo do PMDB. Autoritarismo que se está revelando tanto no Executivo como no Legislativo, onde o Partido Majoritário transformou-se num rolo compressor, esmagando os anseios e aspirações de grandes parcelas da população paranaense. A traição aos ideais de 82 está sendo generalizada.

Para refrescar algumas memórias desses traidores de idéias, desejo recordar que o frágil PMDB do passado, pregava nesta Assembleia Legislativa a necessidade, como de fato deve ser de respeito, à representação das minorias. Seus adeptos pregavam junto ao povo a necessidade que tinha ao partido de conseguir, pelo menos 1/3 da representação da Assembleia, e argumentavam que com isso é que possibilitaria a apresentação de suas propostas, defender os interesses populares, praticando-se a democracia, e outros quejandos.

Pois bem, tudo passou a ser balela. Hoje quando o Partido conseguiu quase 2/3 da composição da Assembleia, fazem seus membros o que pregavam? Não. Transformaram-se em autoritários. Que respeito à Minoria? O Líder do Governo, conforme nota do jornal "O Estado do Paraná", do dia 26.11.85, dizia o seguinte, "Já o Líder da Bancada do PMDB, no Legislativo Estadual, Caíto Quintana é de opinião que a Aliança Democrática está seriamente comprometida a nível de Paraná. "Devido as peculiaridades de cada Estado e cidade a Aliança Democrática existe somente a nível federal. No caso do Paraná está aliança não existe, pois seus membros estão mais identificados com os demais partidos de oposição. E tanto isto é verdade que a Bancada do PFL continua ocupando o mesmo lugar que era ocupado pelo PDS" argumenta Caíto Quintana, para quem é difícil uma aproximação do PMDB e PFL, porque este último partido sequer tem uma liderança de expressão a nível estadual para dirigir as conversações.

"Não sabemos quem fala pelo partido, se o líder da bancada, se o presidente da Itaipu Binacional, Ney Braga ou Fabiano Braga Cortes.

A falta de uma liderança, como ocorre

a nível nacional com Aureliano Chaves e Marco Maciel, torna-se difícil esta aproximação. De qualquer forma se a proposta de Ulysses tomar corpo é preciso que cada partido tenha humildade de ceder em alguns pontos", esclarece o Líder da Bancada Governista.

Mas sabem sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sabe sim, que nosso Partido é formado de homens independentes e que conhecem suas responsabilidades. E, se é assunto do Partido, o Presidente responde por ele, e decide em colegiado. Se é da bancada, tem o seu líder que fala pela mesma, e sempre com aquiescência de seus Pares. Não preferem diálogo; vêm as Mensagens, sem qualquer satisfação às minorias, como recebiam no passado. Só inclui na convocação o que lhe interessa e não bastasse isto, a matéria é incluída na Ordem do Dia sem parecer das Comissões.

Nos meus quinze anos de Assembléia, nunca vi procedimento como esse, de desrespeito ao Regime Interno.

Estejam certos, Srs. Deputados, não será com voto da Frente Liberal que serão aprovados projetos sem parecer da Comissão de Justiça, e principalmente a mensagem que eleva as taxas de saúde e as de anistia e, emissão de títulos de dívida pública.

Passaram a ser um rolo compressor, votando o orçamento sem emendas, como se fosse uma obra perfeita do Executivo, ao qual só sabem dizer amém, não permitindo igualdade aos Deputados pra atendimento assistencial. Rolo compressor para conceder anistia aos grandes sonegadores de impostos, massacrando os pequenos comerciantes cumpridores de seus deveres fiscais. Rolo compressor para cobrar taxas exorbitantes, como as do DETRAN, e agora as da saúde, sem falar na inconstitucionalidade dos 20% do Fundo penitenciário. A maioria falaciosa permite que se cortem medicamentos nos Postos de Saúde, mas aprova taxas para equipamentos, veículos, pagamento de farta publicidade enganosa para engrandecer o Governador e seus Secretários, autores de uma obra medíocre, que só a peso de muito dinheiro é que poderá enganar a opinião pública.

O rolo compressor da Maioria apoia um Governo de falsas promessas, como ocorre com a mensagem de equiparação dos inativos da Justiça que se encontra paralisadas na Secretaria de Administração. A prometida mensagem que seria enviada pelo Executivo para substituir a Emenda Constitucional 136, fruto da Emenda 17, a regulamentação da Taxa Rodoviária Única, permitindo que os pequenos municípios possam receber esta taxa no ano que vem. Os pequenos municípios foram marginalizados por esse regime que aí está. Tudo nesse regime é mentiroso

e falacioso. Fala em democracia, como forma de respeito ao cidadão.

E o que faz o Governo de Richa? Empreende a perseguição. Utiliza o poder para perseguir.

Desta Tribuna quero denunciar a odieta perseguição que o Governo do PMDB está pondo em prática contra o Vereador eleito pelo povo e que está sendo impedido de exercer o seu mandato. O Vereador funcionário da COPEL em Barbosa Ferraz, eleito pelo PMDB, mas que não se submete aos caprichos políticos partidários do Prefeito deste município, está sendo transferido para o Municípios de Dois Vizinhos, a mais de 300 quilômetros de distância de Barbosa Ferraz.

Com esse procedimento de perseguição, obriga-se a este Vereador afastar-se da Câmara, ou pedir demissão da COPEL, onde com o seu trabalho vai buscar o sustento para a sua família. Governo de práticas odiosas, contra humildes servidores públicos.

Este rolo compressor da Maioria, este está endividando ainda mais o Estado do Paraná, autorizando empréstimos em dólar, agora. E agora, com a emissão de títulos da dívida pública, papéis que realimentam a inflação, inflação que bateu o record histórico de 15% de aumento, em apenas 30 dias de novembro. Aumenta em níveis quase insuportáveis o endividamento do Paraná. E o que prometia o PMDB?

Nada de dívidas, muito menos em dólar. Além de aumentar a dívida do Estado, o PMDB não paga nada dessa dívida, com uma permanente rolagem, num procedimento irresponsável perante os compromissos assumidos com o povo deste Estado.

Exercendo hoje o Governo, os novos autoritários estão necessitando de uma lição de democracia que os reedue para que possam viver na conformidade do pluralismo tão reclamado pelo povo brasileiro, com um processo evolutivo que poderá constituir a resposta adequada para as mudanças muito exigidas pela sociedade brasileira, e em particular a paranaense. Esquecem os novos autoritários que nenhum povo se deixa submeter permanentemente ao rolo compressor e que já nós aproximamos das eleições para a Constituinte, quando o povo do Paraná saberá julgar e condenar um governo que traiu os mais nobres ideais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No horário das Lideranças, concedo a palavra ao Partido da Frente Liberal. Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Vivendo os últimos dias de 1985, estamos chegando ao término de mais um ano.

E com este ano que se finda, também mais se aproxima de seu final a administração do Senhor José Richa.

Praticamente três anos já se passaram dessa administração, que se apresentou aos paranaenses como um governo aberto, transparente e participativo, mas que, na verdade, de aberto, transparente e participativo tem muito pouco.

Basta que se atente para situações como a do estranho escândalo dos dólares, cuja responsabilidade até hoje não foi convenientemente apurada, para que se perceba quão frágil é o telhado de quem, sem o menor critério, tanta pedra atirou no passado.

Basta que se atente para as reclamações dos funcionários públicos, em suas diversas categorias, para que se constate o não cumprimento de promessas feitas a uma classe que tanto tem dado ao Estado, em termos de trabalho e dedicação.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputado, o que nos traz hoje a esta tribuna é a necessidade de mostrar as inúmeras contradições que vêm marcando o atual Governo. Contradições que se tornam ainda mais acentuadas agora, com as mensagens encaminhadas pelo Senhor Governador a esta Casa, para apreciação, e que demonstram ser um o seu modo de falar e bem outro, o de agir.

As contradições movem o mundo, já disse com muita propriedade de um escritor pátrio. No caso paranaense, sem a menor dúvida, elas embalam profundamente o Governo Estadual.

É o que veremos, a seguir.

Não custa, por exemplo, lembrar o plano de ação do atual Governo, onde se prometia um comportamento de equidade e de Justiça Fiscal e Financeira, com a eliminação de tratamentos diferenciados ou de exceção, vedando-se taxativamente a concessão de anistia fiscal, para não penalizar o correto cumpridor de suas obrigações!

Pois bem, deixando de lado esse compromisso, manda agora o chefe do executivo a esta casa o seu projeto de anistia fiscal, constante da mensagem n.218, onde, para se fugir ao termo "anistia", propõe a "regularização dos créditos tributários devidos em decorrência de infração à Legislação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias...".

Um simples jogo de palavras para se tentar, inutilmente, encobrir o objetivo real que é o de anistiar imediatamente os devedores do ICM, penalizando o correto pagador das obrigações fiscais.

Trata-se, inegavelmente, de um prêmio, um verdadeiro presente de Papai Noel a quem não cumpriu suas obrigações fiscais,

em detrimento daqueles que, muitas vezes com sacrifícios, procuraram manter em dia os seus compromissos. Daí, o desestímulo que a medida traz em seu bojo. Deixando a muitos a lição de que nem sempre manter em dia o pagamento do seu imposto é um bom negócio.

Além disso, o projeto de anistia do Governo, encaminhado à apreciação desta Casa no afogadilho, já ao apagar das luzes de 1985, deixa muitas dúvidas, além de beneficiar até mesmo débitos de responsabilidade funcional - o que nos parece um verdadeiro absurdo.

Até se poderia afirmar que a anistia em alguns casos, é justa, porém, uma análise ampla deve ser feita, e isto não está sendo permitido a esta casa a mensagem vem a plenário sem sequer receber pareceres das suas comissões técnicas.

Tais dúvidas se referem especialmente à falta de maiores esclarecimentos quanto ao montante dos débitos a serem anistiados, bem como à inexistência da relação de todos os devedores a serem beneficiados.

Mas, e o que dizer da iniciativa governamental de lançar no mercado títulos da dívida pública do tesouro do estado, representados por obrigações e letras do tesouro, para captar recursos "destinados a incentivar a economia paranaense" - conforme justifica - justamente quando se concede uma anistia fiscal a grandes devedores?

Além de se estar contribuindo para endividar ainda mais o estado, não existe aí uma enorme contradição entre as duas medidas, representadas, de um lado, pela dispensa do pagamento de débitos fiscais devidamente corrigidos, e, de outro pela intenção de captar novos recursos?

E, ainda, como justificar a contratação de empréstimos externos, alvo de tantas críticas num passado bem recente, quando se sabe que a operação visa justamente acertar contas de devedores inadimplentes do BADEP e do BRDE?

Onde, afinal, está a coerência de quem tanto verberou o endividamento do País e do Estado, em particular, a ponto de se atribuir a Governo passados grande irresponsabilidade pelo volume de nossa dívida!

Hoje, aliás, é o próprio Senhor Governador José Richa quem o reconhece, em sua justificativa: "No Paraná, felizmente, a dívida pública situa-se em níveis inferiores aos limites possíveis e seu perfil é bom em termos de custo e prazo". São palavras textuais do Governador, evidenciando, uma vez mais, que as duras críticas de palanques não se justificam.

A verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que o Governo do Senhor José Richa condenou a anistia fiscal, mas agora quer concedê-la; condenou, também,

o endividamento, e, no entanto, as dívidas do Estado tem crescido muito, interna e externamente, nestes três anos de Governo peemedebista...

O certo é que o rol das contradições Governamentais não para aí.

Ao contrário, vai além, muito além, deixando-nos perplexos com o grau de insensibilidade dos que tem sobre os ombros a responsabilidade de conduzir os destinos da administração paranaense.

Com efeito, ainda há poucos dias, falando a Prefeitura da CONCAM, o Secretário das Finanças, João Eliseo Ferraz de Campos, nos surpreendia ao afirmar que adiante da opção de amortizar parte da dívida estadual, como sempre se fizera, ou de rolar totalmente essa mesma dívida, preferiria a administração José Richa ficar com esta última hipótese; rolar a dívida, integralmente!

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quer nos parecer de extrema irresponsabilidade tal atitude. Irresponsabilidade para com os futuros administradores deste Estado, sejam quais forem. Irresponsabilidade para com os paranaenses todos, que vêm assim crescer o nosso endividamento, sem que se procure, como era praxe no passado, amortizar parte de nossa dívida, exatamente para evitar que ela se torne impagável.

No entanto, o mesmo Governo que rola suas dívidas, e concede anistia a devedores de impostos, busca, na contratação de novos empréstimos e no lançamento de obrigações do Tesouro, endividar ainda mais o Estado!

Sem dúvida, uma estranha forma de Governar!

As contradições, está visto, saltam aos olhos. E ensejam um sem número de indagações, todas evidentemente sem respostas.

É, por exemplo, o que ocorre com os nosso servidores públicos estaduais, que ainda agora se movimentam, inconformados com os índices do próximo reajuste de seus vencimentos, muito aquém de suas reais necessidades.

Aliás, essa mesma classe também reclama o direito de ser ouvida quando se trata de questão que a afeta tão diretamente e conforme trombeteava aos quatro ventos o PMDB, quando, na oposição, sustentava ser inadmissível que o Governo a tudo decidisse sem ouvir as partes interessadas.

Por essas razões, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos ser necessário agora, por parte de todos os companheiros da oposição nesta casa uma reflexão séria e corajosa acerca do que pretende o Governo.

A necessidade dessa reflexão se torna ainda maior quando verificamos que estamos

diante de matérias de grande relevância e que outras mais estão para chegar, para apreciação também a toque de caixa.

Está claro que pretende o governo fazer exatamente aquilo que tanto condenou no passado. Ou seja, impingir à oposição, goela a baixo, tudo aquilo que aqui chegar, usando e abusando de sua maioria nesta Casa, em mais uma contradição entre o pregar e o agir.

De nossa parte, entendemos que é preciso estarmos atentos, procurando agir com extrema cautela, para que não sejamos amanhã acusados de coniventes. Não podemos, por isso mesmo, nos limitar a dizer "sim" a tudo o que está aí para ser votado, sem sabermos com clareza o "porque" de tudo, e sem conhecermos, a fundo, as vantagens e, mais ainda, as conseqüências, presentes e futuras, de tudo o que pretende o Governo nem sempre transparente, aberto e participativo, do PMDB, em nosso Estado.

Só assim, colocando antes e acima de tudo os superiores interesses do Estado, estaremos honrando e dignificando o nosso mandato, e correspondendo à confiança do povo paranaense.

Muito Obrigado."

Concedo aparte ao meu prezado Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço Vossa Excelência e gostaria de lembrar Deputado, quando Vossa Excelência fala dos três anos da Administração do Governo José Richa, do Governo transparente. Na verdade, ilustre Deputado, talvez só Vossa Excelência que não queria enxergar isso de perto. Nós sabemos e sentimos nas andanças que fazemos pelo Paraná, a satisfação geral do povo paranaense, pelo Governo que escolheu em 1982. O Paraná realmente mudou Deputado, o Paraná hoje é um Governo transparente e Vossa Excelência há de testemunhar isso. Nós tivemos várias oportunidades até mesmo aqui na Assembléia Legislativa do Estado, quando compareceram os Prefeitos a vir pedir o apoio à Emenda 17, a liberdade que existe hoje na imprensa e o grande responsável por isso foi o glorioso PMDB que lutou não só no Paraná e no Brasil inteiro para que essa conquista viesse e se tornasse uma realidade.

Hoje a imprensa é livre, não é como no passado, Deputado, e Vossa Excelência também participou do Governo de vinte anos, de ditadura, de corrupção que houve tanto no Paraná e no Brasil, que as conseqüências que vivemos hoje, são frutos da administração passada. O Governo Richa é um Governo democrático, é um Governo transparente que o povo participa da sua administração, desde o mais pequeno até o maior tem a liberdade de falar com o Governo e

com os assessores do Governo.

Digo ainda, Deputado, que é praxe de Vossa Excelência criticar os poderes constituídos, Vossa Excelência fala no caso dos dólares. Vossa Excelência é testemunha disso, que o PMDB é tão transparente e tão aberto que Vossa Excelência teve a oportunidade de formular perguntas ao Secretário Erasmo Garanhão aqui na Assembleia Legislativa. É um caso inédito nesse País, é um caso que só com o PMDB que há essa possibilidade dessa liberdade. Então, na verdade, Vossa Excelência critica o Poder Judiciário porque isso está no Poder Judiciário. (o Deputado Luiz Alberto Oliveira move uma ação contra o ex-Secretário), como Vossa Excelência criticou - e até quero dizer - ferindo a integridade do Tribunal Regional Eleitoral quanto às eleições na Capital, que houve fraude na eleição de Roberto Requião. Não houve fraude, Deputado: houve apenas o prestigiamento do PMDB do Paraná, do Governo José Richa e de Roberto Requião.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o que eu estou vendo é um discurso paralelo ao Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Horário da Liderança do PFL.

O SR. FUAD NACLI - Senhor Presidente, deverá ser descontado o tempo que o nobre Deputado Dirceu Manfrinato usou paralelamente ao discurso do Deputado Ivan Gubert para que ele possa terminar o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Horário da Liderança do PFL, concedo a palavra à Representação do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Em respeito à Imprensa Livre e democrática do meu Estado, desejo esclarecer o comportamento ontem da Bancada da Oposição nesta Assembleia Legislativa com relação ao "affair" comparecimento ou não do Secretário da Indústria e do Comércio do Paraná, Francisco Simeão Rodrigues Netto, denominado, cognominado pelo "Jornal do Brasil" como "Chico Rico".

Entendíamos nós, ontem, como entendemos igualmente hoje que não era o caso do comparecimento do Secretário para aqui falar a respeito de acusação que a moralidade administrativa impõe com relação ao Secretário da Indústria e do Comércio do Paraná.

Por que, Senhor Presidente e Senhores Deputados? Porque nos termos do Regimento Interno desta Casa, Secretário de Estado é

convocado para depor a respeito de um assunto específico, e o assunto para o qual fora convocado o Secretário da Indústria e do Comércio era um depoimento seu a respeito do Projeto de Zoneamento Agrícola no Estado do Paraná.

Entretanto, este projeto não é objeto de discussão neste período extraordinário do Poder Legislativo. Nós estamos aqui convocados pelo Governador do Estado, recebendo salário e jeton extra exatamente para discutir e nos debruçar sobre assunto de vital importância para o nosso Estado como o lançamento de títulos de dívida pública no valor de 1 trilhão e 500 bilhões de cruzeiros, como o aumento do funcionalismo, como a anistia fiscal e como a suplementação de créditos extraordinários a diversos órgãos públicos para complementação do Orçamento de 1985.

Não seria, portanto, a hora nem o local para uma atitude audaciosa.

Eu lembro aqui, Winston Churchill, que dizia que a sorte da Inglaterra, no período mais dramático da sua história, é que os homens de bem tinham tanta audácia quanto os canalhas e lamentavelmente no nosso País, nós estamos vendo que aqui não se aplica na totalidade, aquilo que dizia Churchill a respeito da Inglaterra, porque aqui os canalhas são audaciosos, porque aqui os canalhas esperam que as Bancadas se retirem após o horário normal da sessão e se reúnem depois com os jornalistas, para acusarem os seus adversários de atitude de covardia.

Covarde é aquele que compactua com o assassinato de terras na sua propriedade.

O Sr. Caíto Quintana - permite um aparte nobre Deputado? (Assentimento).

Deputado, eu acredito que Vossa Excelência realmente estrapola nas acusações da tribuna.

Primeiro, nobre Deputado, a sessão ontem não deu número, por iniciativa de um pedido de verificação de um companheiro seu de Bancada, encerrou-se por esse motivo.

O Secretário de Indústria e Comércio esteve presente na Assembleia.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Em nenhum momento eu neguei isso. Em nenhum momento, ao contrário, eu entendia e entendo até agora, que a presença do Secretário ontem era um desrespeito a este Poder Legislativo.

O Sr. Caíto Quintana - Foi convocado pela Mesa para esse dia.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Foi convocado pela Mesa com prazo certo de trinta dias, que venceu no dia 15 de outubro e o

Secretário rasgou a Constituição do Estado, desconsiderou a Bancada de Vossa Excelência, desconsiderou este Poder e simplesmente não veio no momento exato, que era no período normal dos trabalhos da Assembléia Legislativa, onde Sua Excelência iria fazer o depoimento a respeito do plano de lei do Deputado Paulo Furiatti.

Ora, como este assunto não está em pauta, não pode ser votado, a Assembléia Legislativa não pode ceder o seu microfone, que é microfone sagrado, para o qual só se vem após o batismo da urna, no voto livre e soberano do povo, para o Secretário da Indústria e do Comércio responder as acusações que lhe foram formuladas.

O Sr. Caíto Quintana - Nobre Deputado, o Secretário Francisco Simeão esteve nesta Casa, ontem, para responder a respeito do Projeto de Zoneamento Agrícola para Destilarias; não veio responder até porque não poderia e Vossa Excelência sabe que, regimentalmente, nós não poderíamos inquirir sobre fatos que não sejam com respeito à convocação, nem tampouco o Secretário poderia entrar em outro assunto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não foi isso que o Secretário afirmou com relação ao telex encaminhado à Mesa.

Vossa Excelência tem conhecimento disso. E há de entender, nobre Deputado, não estou aqui para fazer acusação gratuita ao Secretário da Indústria e do Comércio; estou aqui para afirmar, publicamente, todas as atitudes de oposição que nós da Bancada do PDS temos tomado nesta Assembléia Legislativa.

Não temos nada a esconder. O Deputado Erondy Silvério comunicou-me que solicitaria verificação de votação, para que não se desse número. Se a Bancada e Vossa Excelência quer ouvir o Secretário que ouçam num conselho privado da Bancada, mas que não traga o Secretário da Indústria e do Comércio num período extemporâneo, fora do período normal onde nós estamos sendo convocados para num breve espaço de tempo apreciar tantas matérias importantes e vamos ceder o nosso horário para quem? Para um Deputado? Não, para um novo biônico, um biônico que quer usar a Tribuna da Assembléia para se defender das acusações.

Ora, se Sua Excelência o Secretário da Indústria e Comércio, cognominado "Chico Rico" quer continuar a usar e abusar da máquina administrativa, como tem feito, para se defender, através da imprensa, que continue.

Concederei os apartes, na medida, ao Senhor Antônio Belinati, a Deputado Fuad Nacli, ao Senhor Erondy Silvério e ao Deputado Ivan Gubert.

O Sr. Antônio Belinati - Lembrar Vossa

Excelência que se o PMDB quisesse, tem Deputado, o PMDB poderia ter dado "quorum" regimental para que a sessão se realizasse normalmente, no dia de ontem.

Segundo aspecto, hoje, no Programa "Bom-Dia Paraná", do Canal 12, não foi esta a colocação do Secretário da Indústria e Comércio. Ele chegou até a fazer chacota, dizendo que veio aqui, inclusive falando sobre Vossa Excelência, dizendo que em momento algum viria aqui para falar de Projeto Parlamentar. Ele falou claramente hoje, no Programa "Bom-dia Paraná", da televisão paranaense, que viria aqui para responder às acusações; falou ao vivo, pela televisão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu não estranho isso de um canalha audacioso como o Senhor Francisco Simeão.

Concedo o aparte ao Senhor Fuad Nacli.

O Sr. Fuad Nacli - Deputado Luiz Alberto Oliveira, um dos aspectos o Deputado Antônio Belinati já citou hoje, o do programa de televisão, dizendo que os Deputados "fugiram da raia". Eu estava em casa e devo dizer a Vossa Excelência que nós temos dois requerimentos, um com referência às terras do Maranhão, votado e aprovado por esta Casa, pedindo uma Comissão de Deputados para verificar se na realidade existem as terras ou não. Tenho um outro requerimento, também votado para que ele desse a informação, e até hoje eu não recebi, da Presidência desta Casa, nenhuma informação com referência. Um outro pedido à Comissão Executiva, também aprovado, que as despesas feitas para o Maranhão fosse, como eu não estou em nenhum partido, fossem exclusivamente reembolsados este Deputado que fala, nós não estamos aqui para fazer papel de trouxas, nós gostaríamos que o Líder da Bancada do PDS tivesse o conhecimento que eu tenho; é muito fácil, é só convocar o Senhor Francisco Simeão para falar perante o pessoal da DESTIL, de Maringá, para ver a negociata, o rolo compressor que ele fez, quem foi que pagou o Banco do Estado do Paraná, é a maior vergonha deste Governo, nós não podemos mais ficar aqui calados vendo tudo isto acontecer, este Senhor deveria estar na cadeia, não na Secretaria de Estado!

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e confesso-me reconfortado ao receber um aparte de Vossa Excelência com este teor oposicionista...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa concede mais um minuto para Vossa Excelência concluir.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Comunicamos a Vossa Excelência que estamos cedendo o horário do PDT ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Reconfortado restou, Deputado Fuad Nacli, porque Vossa Excelência confirma aqui, que realmente o programa de microdestilarias do Estado do Paraná é uma farsa, uma farsa que pode ser analisada por diversos aspectos: primeiro - as vinte e sete microdestilarias instaladas - e o Secretário da Indústria e do Comércio afirmou em expediente ao SENDI que até o final de 1985 estariam abertas e em funcionamento cem microdestilarias. Apenas vinte e sete foram instaladas e destas nem a metade está em funcionamento.

Trago aqui um depoimento pessoal: na minha região do Sudoeste do Paraná, no município de Chopinzinho, empresário de Coronel Vivida foram envolvidos no programa da microdestilaria apesar desta estar instalada há mais de um ano, ela não funciona por efeitos técnicos e por defeitos de sua instalação.

Mas, o negócio entre o CENDI e a DESTIL de Maringá, é um negócio que envolve cem microdestilarias ao preço de 9.200 ORTN cada. Se nós multiplicarmos o valor da ORTN por cruzeiros, nós teremos um valor do programa de microdestilarias do Estado do Paraná, da ordem de 52 bilhões de cruzeiros; o dobro, exatamente o dobro do valor do escândalo dos dólares no Paraná, que, a câmbio de hoje, está em 28 bilhões de cruzeiros.

Pois bem.

O Senhor Francisco Simeão transformou o CENDI em sócio, o CENDI em agente vendedor de uma empresa; a DESTIL, em Maringá, sem que, para isso, tivesse verificado se a DESTIL tinha idoneidade financeira, econômica, técnica, gerencial, para instalar um programa de 52 bilhões de cruzeiros no Paraná.

E a Secretaria da Indústria e do Comércio, através do CENDI, transformou-se em sócia, Senhores Parlamentares, de um negócio falido de instalação de microdestilarias do Estado do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Na Sequência, após conceder aparte aos outros Deputados.

Pois bem, Senhores Parlamentares, este é o Secretário que entende...

O Sr. Caíto Quintana - Parece-me que ninguém quis aparte na sua Bancada...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência além de ver pouco, quando lhe interessa, ouve mal..

O Sr. Caíto Quintana - Eu aguardo o aparte.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pois bem.

Este Secretário que fez este negócio especial de 52 bilhões e meio de cruzeiros, ao mesmo tempo vende pedaço da sua propriedade no Maranhão para a empresa DESTIL, essa empresa que transformou-se em sócia do empreendimento das microdestilarias no Paraná. E, ao mesmo tempo, transe uma dívida existente no Banco do Estado, no valor de 225 mil dólares para a DESTIL, para que nessa operação triangular o Banco do Estado acabasse zerando as contas do Senhor Francisco Simeão, naquele estabelecimento.

Não é, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, de se estranhar que um órgão oficial como o CENDI faça um contrato leonino aos interesses do Paraná. E ao invés de estabelecer como forum de uma eventual disputa judicial e legal a respeito do contrato, envolvendo a Secretaria da Indústria e Comércio e a Empresa DESTIL, o forum normal, qual o local? Qual a comarca que deveria ser, para a discussão desse forum? Evidentemente que o forum privilegiado da sede do Governo do Estado do Paraná, isto é, Curitiba, e ao invés de se estabelecer no contrato que o forum fosse Curitiba, o Secretário da Indústria e do Comércio manda um contrato particular para seu advogado particular, e advogado da DESTIL, Doutor Clênio Albuquerque, estabelecendo que a secretaria da Indústria e do Comércio e o SENDI abrem mão do forum privilegiado da sede, do órgão, da sede da Secretaria da Indústria e do Comércio, para fazer o contrato no município de Maringá, sede da empresa contratante, denunciada pelo Deputado Fuad Nacli como empresa falida, nesta sessão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Estas indagações, mais do que a resposta audaciosa de quem não respeita a verdade, deve ser objeto de uma investigação rigorosa, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, através de atitudes do Governador José Richa, para salvaguardar a sua honra e sua dignidade pessoais, que ficam, quer queira, quer não queira, Sua Excelência, sob suspeição, já que o Senhor Francisco Simeão e o Governador José Richa, mantêm relações de amizade e comerciais desde 1976.

O Sr. Fuad Nacli - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência diz que no meu pronunciamento eu disse que era uma empresa

falida. Tornou-se uma empresa falida depois do contrato com o Secretário, em função das compras das terras, e não no compromisso das vendas da CENDI e Secretaria, em função da aquisição do material e das máquinas que eles compraram. Antes a DESTIL era de uma família idônea e respeitável em Maringá, quem fez ela ficar falida foi o atual Secretário da Indústria e do Comércio.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Mas, nobre Deputado Fuad Nacli, não é de se estranhar que qualquer empresa até boa, até com bom passado, ao fazer negócio com o Senhor Francisco Simeão, passe a ser falida.

Está aí o caso, por exemplo, da Fertilplan, da Fertibase, e outras empresas do grupo Francisco Simeão, como a Florença e outras, que devem no BADEP, desde 1981, e cujo processo está em execução junto à 1.ª Vara da Fazenda Pública no Estado do Paraná, numa quantia superior a um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros. E ao mesmo tempo o Senhor Francisco Simeão é devedor remisso do BADEP, e faz parte do seu Conselho Diretor na Condição de Secretário da Indústria e do Comércio, o que, inclusive, rasga todas as regras de fiscalização e de auditoria do Banco Central, pois que é sabido que a Legislação Brasileira não permite que um devedor remisso de um banco seja ao mesmo tempo do seu Conselho Diretor, como é o caso do Senhor Francisco Simeão no BADEP.

Concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério, e posteriormente ao Deputado Ivan Gubert.

O Sr. Erondy Silvério - Muito obrigado a Vossa Excelência, a oportunidade para o aparte já passou, entretanto, quero dar testemunho público, que a minha solicitação de verificação de votação da ata ontem, porque existiam no Plenário apenas quatro ou cinco Deputados; não foi em nenhum instante solicitado por Vossa Excelência e mesmo porque eu achei extemporâneo, a vinda a esta Casa do Secretário da Indústria e Comércio porque muitas e muitas vezes o Deputado Ivan Gubert solicitou a sua presença aqui, que foi negada pela Bancada Majoritária desta Casa, quando se discutia um projeto de zoneamento agrícola, onde era importante o depoimento do Secretário.

Então, era esse o reparo que eu gostaria de fazer e Vossa Excelência me solicitou, foi espontaneamente que eu solicitei a verificação de votação. Não sei se o Senhor "Chico Rico" é pobre ou é rico, se é ladrão ou é honesto. Mas, ontem, não era o palco para ele se exhibir aqui apenas para efeito de consumo público.

Na devida oportunidade, ele virá a esta Casa, será recebido como serão todos os Secretários que aqui vierem.

Era esse o aparte, e eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço e concedo o aparte ao Senhor Deputado Ivan Gubert.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrando o horário concedido ao PDT, a Mesa concede mais dois minutos para conclusão do seu discurso.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Concedo, desses dois minutos, um minuto ao Deputado Ivan Gubert, e um minuto ao Deputado Caíto Quintana ou ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Ivan Gubert - Serei breve, Senhor Deputado. O Secretário Francisco Simeão disse na televisão e pela imprensa, que eu e Vossa Excelência nos acovardamos e não estávamos em plenário.

É mais uma mentira desse Secretário. Nós estávamos os dois aqui, e são testemunhas os Deputados do PMDB que estavam aqui. Mas, na realidade ele enrolou tanto, com medo de vir esclarecer, de vez que a minha convicção a ele, aprovada por este Plenário, foi no início de setembro, e eu apelei à Mesa para que marcasse o dia da vinda dele aqui. E a Mesa, não sei porque razão, não marcou, até passar as eleições. E somente marcou o dia, na hora que o Secretário, através de um telex, disse que vinha aqui para desmentir o Doutor Paulo Pimentel.

O que nós queríamos saber era sobre um assunto sério, pois, eu acho que só de assunto sério deve viver esta Casa. Mas, ele não tinha interesse em falar. Ele realmente não tinha interesse em falar, e por isto a Bancada do PMDB, que também não tinha interesse em ouvi-lo, não estava presente também, ontem.

Não eram só os Deputados da Oposição que não estavam aqui, os da situação que, hoje não queriam ouvi-lo, também não estavam.

Era só para comentar isto, Senhor Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Ao Deputado Caíto Quintana ou Mário Pereira?

O Sr. Caíto Quintana - Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Deputado Luiz Alberto, o contrato CENDI-DESTIL, o contrato Francisco Simeão, DESTIL, uma triangulação com BANESTADO e 150 mortos no Maranhão.

O contrato CENDI-DESTIL era para a venda de cem microdestilarias através do CENDI, fabricado pela DESTIL, a um preço pré fixado em ORTN. A DESTIL não manteve o preço, o contrato foi revogado, cancelado, o contrato.

O contrato de venda de terra do Secretário Francisco Simeão que é uma atividade particular, e não envolve o Governo, com a Destil, também foi cancelado, e o pagamento ao BANESTADO feito pelo Secretário.

O contrato Cendi-Destil de 50 e poucos bilhões de cruzeiros, não trouxe ônus algum para o Tesouro; foi desfeito, e hoje todas as empresas que constroem microdestilarias podem fazê-lo.

O contrato particular Destil-Francisco Simeão também foi desfeito, e quem pagou ao BANESTADO foi o Sr. Francisco Simeão.

As cento e cinquenta mortes exploradas na campanha eleitoral, o próprio Secretário de Segurança Pública do Maranhão desmentiu; e veja bem, o candidato a prefeito aqui era do PFL e PDT, Sr. Jaime Lerner. O Secretário de Segurança Pública do Maranhão é do PFL, e ele desmentiu as notícias aqui veiculadas a respeito de mortes no Maranhão.

Portanto, eu acho que ficou muito claro, que foram acusações que não subsistiram ao longo do tempo, em função das provas apresentadas, e vejo nenhum prejuízo ao Tesouro do Estado, em toda essa história das microdestilarias, BANESTADO, Simeão, porque se não envolviam recursos do Tesouro, os contratos, todos, cancelados e quem acabou pagando a dívida sua no BANESTADO, que não tem nada a ver com as atividades do Governo, foi o próprio devedor, o Secretário Francisco Simeão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Deputado Mário Pereira, Vossa Excelência sabe que eu o tenho em alta conta. Considero-o um homem íntegro, um bom Deputado, inteligente, e não faço esse tipo de colocação para muitos Parlamentares dessa Casa, mas eu agora gostaria de dizer a Vossa Excelência o seguinte: para Vossa Excelência ficar de anjinho, só está lhe faltando as asas, porque Vossa Excelência realmente não está a par de todos os envolvimento das atividades particulares e das atividades oficiais do Sr. Francisco Simeão.

Se Vossa Excelência quiser ter a gentileza, eu posso mostrar documentos oficiais do próprio Banco do Estado, da própria Destil e do próprio contrato que estebelece, na verdade, que Vossa Excelência está muito mais hoje, para anjo, do que para Deputado do Governo.

O SR. PRESIDENTE -(Anibal Khury) Concedo a palavra à representação do PCB. Não se encontrando em plenário, concedo a palavra

ao PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Enxergo pouco quando quero e ouço muito quando me interessa. Deputado Luiz Alberto, com o devido respeito, Vossa Excelência, em contrapartida, acusa muito quando o Secretário está ausente. Eu não entendo determinados fatos que acontecem nesta Casa e tenho certeza que a grande maioria dos aqui presentes não entendem também. O Secretário foi convocado para prestar esclarecimento de um fato específico. Não foi votado esse fato. Esse projeto continua aqui na Casa, de modo que nunca será extemporâneo, nem no próprio normal e nem no período extraordinário da Assembléia, antes da votação de que se tenha a explicação, o depoimento da pessoa interessada na origem do projeto. Não sei porque teria que ser no dia 20 de novembro ou no dia 9 de dezembro. Sempre será antes da votação, e o esclarecimento se faz necessário.

Também não entendo as contestações enormes que foram feitas para se entrar, através do Secretário Francisco Simeão nos fatos de denúncias contra eles feitas, protestando veementemente pela Bancada da Oposição, que não poderia esta Casa servir de palco nesta convocação para tal fato, quando tantas e tantas acusações pesam sobre o Secretário.

Na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a grande maioria - e ninguém de nós está sendo anjinho - a grande maioria das acusações sobre o Secretário Francisco Simeão são falsas. Foram eleitoreiras, estas sim, eleitoreiras, são falsas. A famosa chacina do Maranhão é falsa, ou é falsa a declaração do Secretário de Segurança Pública do Maranhão? O levantamento dos fatos denunciados contra o Secretário, foram todos eles vistoriados e o Secretário tem documentações capazes de contestar as acusações que lhe são feitas.

O Deputado Mário Pereira, no seu aparte, não passa por anjinho, sob hipótese alguma, porque na verdade, ninguém vai provar aqui nesta Casa e em lugar nenhum, que tem havido prejuízo ao Tesouro do Estado com as negociações feitas através do CENDI, da Secretaria de Indústria e Comércio com a Destil.

Mas, são tantas as respostas a serem dadas em tão exíguo espaço de tempo no Horário desta Liderança, que, sinceramente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para podermos de pronto dizer alguma coisa teremos que pincelar, porque hoje foi um dia pródigo em acusações inverídicas contra órgãos do Governo do Estado.

Deputado que eu tenho no maior respei-

to, Gilberto Carvalho, vai à tribuna e diz que o Governador José Richa está mandando invadir terras no Paraná.

Ora Deputado, entre a verdade do fato e até a possível interpretação do fato há uma diferença muito grande. E Vossa Excelência, Deputado sério que é, deveria conhecer o fato e não a versão, antes de ir à tribuna para acusar o Governo do Estado do Paraná.

O que houve nobre Deputado, e nós estamos há muito tempo envolvidos na defesa do interesse do trabalhador sem terra do Paraná, e também do pequeno trabalhador, proprietário de pequenas áreas neste Estado.

Existe uma fazenda no Sudoeste e, talvez Vossa Excelência não conhece e daí o pecado da acusação, chamada Fazenda Jaciretã, que é propriedade do Banco de Minas Gerais, que está com um Decreto de desapropriação, há noventa dias; está com as famílias, são 45, se não me falha a memória, já selecionadas para serem reassentadas nesta Fazenda.

E estava, inclusive, havendo um movimento de poder acontecer uma invasão, aí sim, desta área de terra e não daqueles já selecionados para poderem lá ser reassentados; para evitar esse confronto, o próprio desentendimento entre as pessoas sem terra, num entendimento prévio mantido com o Banco de Minas Gerais, através do Governo do Estado do Paraná e com a concordância do Banco de Minas Gerais que é proprietário da área, o Governo do Banco autorizou com que essas famílias previamente qualificadas fossem ocupar a área da fazenda Jaciretã.

Entre isso, Deputado Gilberto Carvalho e mandar invadir a área há uma diferença muito grande, no comportamento do Governo do Estado do Paraná que tem se preocupado violentamente com o problema fundiário do nosso Estado; tem-se preocupado com o problema do sem terra e tem se preocupado também, com o problema do pequeno proprietário.

O Sr. Gilberto Carvalho - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu concedo o aparte para direito de defesa.

O Sr. Gilberto Carvalho - Eu agradeço, nobre Deputado. Eu ouvi e da mesma forma Vossa Excelência deve ter ouvido do Governador, dizendo que mandou entrar na "amarra". Isto, é o presente que abre para que outros fatos aconteçam. Depois, ele veio à televisão, contou a história de Minas Gerais, tudo isto. Mas é um precedente que abre.

E a minha grande preocupação quando mencionei este assunto, porque quando se preocupa com o "sem-terra", também há

grande preocupação daqueles que estão perdendo a terra, aqueles que já estão na terra e que precisa ser tomada uma providência urgente. E o Governador recebeu expediente já há quase vinte dias e nós estamos preocupados, pois, mais de quase seiscentas propriedades naquela região do Vale do Ivaí indo a leilão. É esta a nossa grande preocupação.

Porque se nós vamos reassentar, vamos nos preocupar em manter, aqueles que estão na propriedade. Eu não quero tomar mais o tempo de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Esta preocupação, nobre Deputado Gilberto Carvalho, é totalmente válida e sempre norteou o pensamento do Governo do PMDB. Mais de quarenta mil pequenas propriedades foram vendidas no ano passado, só no ano passado. Então, nós nunca conseguiremos terminar com o sem terra, ou vendendo terra, ou reassentando os trabalhadores se não mudarmos a política agrícola deste País. E o Governo está preocupado com isto. Com aqueles que, com a frustração de safra, com as secas, ou mesmo com os juros extorsivos não conseguem pagar o seu financiamento.

Mas, como eu disse, teria que fazer no dia de hoje uma verdadeira salada nesse pronunciamento, não me fixando em fato algum para que possa merecer respostas às acusações indevidas praticadas contra o Governo e contra seus projetos nesta Casa.

Ouvi o Sr. Deputado Ivan Gubert na Tribuna, da mesma da mesma forma acusando o Governo por mandar, a esta Casa, um projeto de anistia, acusando o Governo de estar protegendo os devedores, aqueles que não pagaram seus impostos; ouvi o Deputado Ivan Gubert qualificando praticamente de imoral, o projeto de anistia proposto pelo Governo. No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho em mãos um requerimento pedindo, exatamente, que seja dado um anistia para os devedores do Estado do Paraná, e, pasmem os Srs., com a assinatura do Deputado Ivan Gubert, e de tantos outros com assento nesta Casa!

Como conciliar, portanto, os atos do Governo, com acusações ou pedidos da Oposição? Como, Srs. Deputados? O Governo, se não atende, é acusado de desrespeitar esta Casa e o desejo dos Parlamentares; se entende, é acusado por aqueles próprios a quem atendeu, de estar extrapolando no seu direito, e tentando beneficiar pessoas!

O Governo do Estado do Paraná encaminhou e esta Casa, um projeto de anistia, exatamente para corrigir distorções de devedores ao Tesouro do Estado, impossibilitados de pagar devido a multas, devido à recessão que atravessamos, devido à correção monetária incidente sobre esses tribu-

tos não pagos, que inviabiliza o pagamento, por parte de quem? Dos grandes? Não! Dos pequenos devedores do nosso Estado, para que não fechem as suas portas e para que não aumente o desemprego, aqui.

Atendendo pedido da Federação, das Associações Comerciais do Paraná, da Associação das Indústrias do Paraná, da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, e mais cinquenta e quatro Deputados com assento nesta Casa, esta a razão de um estudo, de uma anistia que não é ampla, que não é geral e que não é irrestrita e que não beneficia os sonegadores profissionais deste Estado, mas, aqueles que, devido à recessão, não têm condições no presente momento, de saldar as suas dívidas para com o Estado do Paraná.

O Sr. Ivan Gubert - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, se Vossa Excelência atentou para o meu pronunciamento deve ter ouvido eu dizer que a anistia é até admissível, desde que a forma de apresentação seja válida, os motivos que levam a esta anistia sejam trazidos a público, e o que é mais importante, a relação dos beneficiados e outros fatos sejam comunicados a esta Casa. Está nas notas taquigráficas. É claro que eu não seria incoerente ao ponto de ter pedido uma anistia e, depois, estar criticando! E a minha crítica, nobre Deputado, foi principalmente pelo seguinte:

Na hora em que, na Exposição de motivos, o Sr. Governador, para o lançamento das Obrigações Reajustáveis, ele diz que o Tesouro precisa de dinheiro; na outra, ele dá anistia; na hora em que ele dá anistia para uns, ele simplesmente pede autorização para tomar empréstimos externos!

Se Vossa Excelência atentou bem para o meu pronunciamento, ele não foi de crítica a tudo, foi de crítica às incoerências, incoerências que estão nestas mensagens que Vossa Excelência, numa análise mais acurada poderá observá-las. Nada de excepcional. Eu rui claro quando disse: uma anistia é até, admissível!

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço o aparte.

Agora diria mais, e nós voltaremos ao assunto, que estaremos debatendo essa matéria, em Plenário:

Também, não se acusem instituições de ORTNs, no Paraná, sem antes uma visão clara do que isso significa ao Tesouro do Estado e à sua economia. Vamos lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, o artigo 3º do Projeto de Lei n.327/85 deixa muito claro que, "O produto de colocação dos títulos da Dívida Pública do Estado do Para-

ná será, exclusivamente, alocado ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, instituído pela Lei Estadual n. 5.515 e utilizado em financiamentos, por empréstimo, ao setor produtivo privado do Estado do Paraná.

Isso quer dizer em outras palavras, o que? O Governo do Estado do Paraná não está lançando "ORTN" para cobrir o seu déficit, nem para financiar os seus custos, nem para pagar o seu pessoal; está instituindo "ORTN" para poder, através de um fundo, fazer empréstimo à empresa paranaense, sufocada pela crise econômica que nós vivemos. E os exemplos estão claros: que enquanto nós não mudarmos a filosofia financeira e econômica desta Nação, enquanto não procurarmos a retomada do desenvolvimento interno da Nação e o fortalecimento das empresas nacionais, nós nunca acabaremos com o desemprego. Nós nunca sairemos do sufoco econômico que temos como Nação, como Estado e como município. Nós temos que achar a saída aqui. E valha-me para dizer também, que as Fundações do Estado do Paraná por força de lei, são obrigadas a comprar ORTN do Governo Federal ou de outros Estados que instituíram. Por que não, o próprio Estado do Paraná ter a sua ORTN para as suas Fundações poderem adquirir e este dinheiro ficar girando dentro do nosso Estado?

Eu até gostaria que esta Casa tivesse com seus cinquenta e oito Deputados em todo o período extraordinário, para que nós pudessemos discutir com profundidade a relevância das matérias encaminhadas pelo Governo do Estado, a este período extraordinário da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª.DISSCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 275/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 195/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um crédito suplementar até o limite de CR\$ 4.530.000.000 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, destinados a cobrir despesas de custeio e de capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão. (Publicado no D.A. n. 115, de 29.10.85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n. 275/85

Com a Mensagem n. 195/85, transformada no Projeto de Lei 275/85, pretende o Executivo autorização para abertura de crédito suplementar ao Departamento Estadual de Administração de Material- DEAM até o limite de CR\$ 4.530.000.000 (Quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões de cruzeiros).

Desse total, a suplementação pretendida na dotação 5500.03161832.298 é de CR\$ 4.220.000.000. Esse valor representa um acréscimo de 180% em relação ao orçado para essa dotação, de CR\$ 1.500.000.000, o que evidencia um exagerado acréscimo nos gastos com equipamentos e material permanente mas sobretudo com material de consumo por parte da administração estadual o que não é compatível com a parcimônia nos gastos públicos que uma época de tamanhas dificuldades exige.

Chama ainda a atenção o fato de que na proposta orçamentária para o corrente exercício a dotação para a compra e fornecimento de materiais por parte do DEAM foi de CR\$ 1,5 bilhão e que o orçado para o exercício de 1986 é de CR\$ 30.000 (trinta mil cruzeiros) o que deixa margem para muitas indagações. No próximo ano a administração não irá efetuar a compra de materiais de consumo e permanente ou mudou a sistemática de elaboração do Orçamento?

De qualquer forma este Poder Legislativo pouco pode alterar as iniciativas financeiras do Executivo, cingindo-se por isso a referendá-las deixando ao livre arbítrio dos responsáveis pela administração disporem dos recursos públicos a seu bel-prazer sem que sobre isso possam se manifestar, com decisão, os legítimos representantes do povo com assento nesta Casa.

Que o Executivo tenha a autorização mas com o protesto deste Deputado, relator da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões,
em 27 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n. 275/85

O Poder Executivo encaminha a esta Assembléia Legislativa proposição no sentido de ser autorizada a abertura de crédito suplementar até o limite de CR\$ 4.530.000.000 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material- DEAM, destinado a cobrir despesas de custeio e de capital,

conforme discriminação no Projeto de Lei n. 275/85.

Estando a iniciativa de acordo com o que preceituam os artigos 25 e 47, da Constituição Estadual, e não havendo qualquer óbice legal ou constitucional, somos pela aprovação da presente matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
ODENI MONGRUEL
Relator.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Para discutir)-
Senhor Presidente, não quero entrar no mérito da Mensagem encaminhada pelo Governador, mas o momento é oportuno quando ela é incluído na Ordem do Dia, em primeira votação, sobre a sua constitucionalidade. E não é admissível que o Projeto seja incluído na Ordem do Dia, contrariando dispositivo de nosso Regimento Interno da Casa.

Diz, no seu artigo 59, parágrafo 2º, que talvez seja o caso: "Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário e por este Regimento, o Presidente poderá designar relator, independentemente de reunião da Comissão, tendo neste caso, o Deputado destacado para esse mister, o prazo de 48 horas para oferecer seus pareceres. E uma vez dado este parecer, terá que ser aprovado. E nós não podemos, Senhor Presidente, contrariar dispositivo de nosso Regimento, sob pena de nós não sabermos qual o caminho que nós deveremos seguir no encaminhamento de qualquer matéria nesta Casa. Por este motivo, Senhor Presidente, enquanto não for ouvida as Comissões que não tenha parecer, nós da Frente Liberal, não votaremos nenhum projeto nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n. 275/85, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem)- Requeiro verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela ordem)- Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Deferido.
O Senhor 1º Secretário procede a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a chamada nominal.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Procede à

chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA -(Pela Ordem)- Eu retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa irá proceder à verificação de votação do Projeto de Lei 275/85.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Vinte Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Um Senhor Deputado rejeita. Não há quorum para votação.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 317/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 218/85), que objetiva regularização dos créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) mediante dispensa de parte dos valores da multa, dos juros e da correção monetária, conforme específica. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n. 135, de 02.12.85, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 322/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 222/85), que objetiva majorar, a partir de 1.^o de janeiro de 1986, os vencimentos dos cargos efetivos em comissão e funções gratificadas do funcionalismo público civil e militar do Estado. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. encerrada a discussão. (Publicado no D.A.n. 138, de 04.12.85, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 324/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem 220/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 11.200.000 (onze milhões e duzentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual do Colégio Estadual do Paraná, destinado a cobrir despesas com outros serviços e encargos. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.139, de 05.12.85, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 325/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 221/85), que autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 3.043.500.000 (três bilhões, quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Estadual de Maringá, destinados a cobrir despesas, conforme específica. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO

ÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n. 139, de 05.12.85, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 326/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 223/85), que objetiva alterar a Tabela integrante da Lei n. 6361, de 21.12.72, que versa sobre a taxa de saúde, instituída pela Lei n. 5511, de 10.02.67, conforme específica. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Encerrada a discussão. (Publicada no D.A. n. 139, de 05.12.85, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 327/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 225/85), que autoriza o Poder Executivo a emitir, colocar no mercado e resgatar Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná, bem como pagar juros deles decorrentes, através da Secretaria das Finanças, obedecida a Legislação Federal que rege a matéria, conforme específica. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n. 139, de 05.12.85, Mensagem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Hamenster, ocorrido no dia 5 de dezembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ivo Gaboardi, ocorrido no dia 5 de dezembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Francisca do Nascimento Ceccon, ocorrido no dia 8 de dezembro do corrente ano, na localidade de Limeirinha, Município de Bocaiúva do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Acrísio Guimarães Filho, ocorrido no dia 3 de dezembro do corrente ano, no Município de Paranaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Vidal, ocorrido no Município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Luiza Vidal, ocorrido no Município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo para que o Curso de Técnico em Contabilidade, atualmente ministrado no Colégio Meneleu de Almeida Torres, seja transferido para o prédio do Colégio Estadual Regente Feijó, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um Posto Telefônico no Distrito de Natingui, com a transferência da sua aparelhagem de energia solar para o Distrito de Vista Alegre, no Município de Ortigueira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento da estrada que liga Iguatú, Distrito de Corbélia ao município de Braganey. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expedien-

te, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Nova Aurora à Formosa do Oeste, passando pela localidade de Bela Vista. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga o Município de Nova Aurora aos Distritos de Palmitópolis e Jota Esse. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO -

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.s 275/85, 317/85, 322/85, 324/85, 325/85, 326/85, 327/85.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.s 149/85, 150/85, 151/85, 152/85, 155/85, 156/85, 157/85, 158/85, 159/85, 160/85, 161/85, 162/85, 163/85, 164/85, 165/85, 166/85, 167/85 e 168/85.

Levanta-se a Sessão.